



# REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

## DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

### SEÇÃO II

ANO XXIII — N.º 65

CAPITAL FEDERAL

TERÇA-FEIRA, 30 DE ABRIL DE 1968

ATA DA 60ª SESSÃO, EM 29  
DE ABRIL DE 1968

2ª Sessão Legislativa Ordinária,  
da 6ª Legislatura

PRESIDÊNCIA DOS SRS.: GILBERTO  
MARINHO E GUIDO MONDIN

As 14 horas e 30 minutos.  
Estavam presentes os Senhores  
Senadores:

Adalberto Sena  
Oscar Passos  
Alvaro Maia  
Edmundo Levy  
Arthur Virgílio  
Menezes Pimentel  
Wilson Gonçalves  
Manoel Villaga  
Pereira Diniz  
Argemiro de Figueiredo  
Aloysio de Carvalho  
Paulo Torres  
Vasconcelos Torres  
Gilberto Marinho  
Benedicto Valladares  
Nogueira da Gama  
Férgies Pedro  
Fernando Correa  
Bezerra Neto  
Mello Braga  
Alvaro Carão  
Antônio Carlos  
Guido Mondin

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — A lista de  
presença acusa o comparecimento de  
23 Senhores Senadores. Há número  
regimental, declaro aberta a sessão.  
Vai ser lida a ata.

O Senhor 2º Secretário procede  
à leitura da ata da sessão anterior,  
que é aprovada sem debates.

O Senhor 1º Secretário lê o seguinte

#### EXPEDIENTE

MENSAGENS DO PRESIDENTE  
DA REPÚBLICA

Restituição de autógrafos de projetos  
de lei sancionados:

Nº 157 de 1967 (nº de origem 234  
de 1966) — de 26 do corrente mês —  
Projeto de Lei nº 970 de 1968, na Câmara  
e nº 23 de 1968, no Senado, que dispõe  
sobre a 2ª Classe do Corpo de Bombeiros  
do Distrito Federal, complementando a Lei nº  
5.255, de 5 de abril de 1967, que unifica as 1ª e 2ª  
Classes de Bombeiros, do Corpo de Bombeiros  
do Distrito Federal (Projeto que se transformou na Lei nº  
5.422, de 25-4-68);

Nº 158 de 1968 (nº de origem 235  
de 1968) — de 26 do corrente mês —  
Projeto de Lei nº 1.001 de 1968, na Câmara  
e nº 36 de 1968, no Senado, que reclassifica,  
no Símbolo 5-C, cargos em comissão de Diretores das Es-

## SENADO FEDERAL

coias técnicas e Industriais Federais da Rede Federal do Ensino Industrial do Ministério da Educação e Cultura (Projeto que se transformou na Lei nº 5.423, de 26-4-68).

### OFÍCIO DO MINISTRO DOS TRANSPORTES

Nº 472/GM, de 24 do corrente mês — comunicando a entrega ao tráfego, inteiramente pronto, do trecho ferroviário Pires do Rio-Brasília

### PARECERES

Parecer nº 369, de 1968

Redação final das emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 1958 (nº 972-B de 1958, na Casa de origem.)

Relator: Senador Nogueira da Gama

A Comissão apresenta a redação final das emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 1958 (nº 972-B de 1958, na Casa de origem), que modifica a redação de dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho, e dá outras providências.

Sala das Sessões, em 29 de abril de 1968. — Lobão da Silveira, Presidente. — Nogueira da Gama, Relator. — Manoel Villaga.

ANEXO AO PARECER Nº 370,  
DE 1968

Redação final das emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 1968 (nº 972-B de 1968, na Casa de origem.)

### EMENDA Nº 1

(Corresponde à subemenda nº 1-CCJ e à emenda de redação)

Ao "caput" do art. 1º

inclua-se, após o nº 697, o nº 721 e, após o nº 894, o nº 895.

### EMENDA Nº 2

(Corresponde à emenda nº 3 de Plenário, com destaque de expressão da emenda nº 2)

Ao art. 1º

Ao § 1º do artigo 670, mencionado no artigo 1º do Projeto, dê-se a seguinte redação:

"§ 1º Nos Tribunais Regionais integrados por onze juizes togados, dois deles serão escolhidos dentre advogados, dois dentre membros do Ministério Público da União junto à Justiça do Trabalho, de notório merecimento e idoneidade moral, com, pelo menos, sete anos de prática forense, e sete, entre os Juizes do Trabalho Presidentes de Junta da respectiva Região por promoção, por antiguidade e por merecimento, alternadamente, mediante indicação do Tribunal Regional, que, nos casos de promoção por merecimento e nos de preenchimento das vagas reservadas a advogados e membros do Ministério Público, apresentará ao Presidente da República listas com três nomes."

de e por merecimento, alternadamente, mediante indicação do Tribunal Regional, que, nos casos de promoção por merecimento e nos de preenchimento das vagas reservadas a advogados e membros do Ministério Público, apresentará ao Presidente da República listas com três nomes."

### EMENDA Nº 3

(corresponde à emenda nº 8 de Plenário e à subemenda nº 1-CCJ)

Inclua-se, onde couber, de acordo com o disposto na emenda nº 1.

"Art. 721. Incumbe aos Oficiais de Justiça e Oficiais de Justiça Avaliadores da Justiça do Trabalho a realização dos atos decorrentes da execução dos julgados das Juntas de Conciliação e Julgamento e dos Tribunais Regionais do Trabalho, que lhes forem cometidos pelos respectivos Presidentes.

§ 1º Para efeito de distribuição dos referidos atos, cada Oficial de Justiça ou Oficial de Justiça Avaliador funcionará perante uma Junta de Conciliação e Julgamento, salvo quando da existência, nos Tribunais Regionais do Trabalho, de órgão específico, desistindo à distribuição de mandados judiciais.

§ 2º Nas localidades onde houver mais de uma Junta, respeitando o disposto no parágrafo anterior, a atribuição para o cumprimento do ato deprecado ao Oficial de Justiça ou Oficial de Justiça Avaliador será transferida a outro Oficial, sempre que após o decurso de 9 (nove) dias, sem razões que o justifiquem, não tiver sido cumprido o ato, sujeitando-se o serventário às penalidades da lei.

§ 3º No caso de avaliação, terá o Oficial de Justiça Avaliador, para cumprimento do ato, o prazo previsto no art. 838.

§ 4º É facultado aos Presidentes dos Tribunais Regionais do Trabalho cometer a qualquer Oficial de Justiça ou Oficial de Justiça Avaliador a realização dos atos de execução das decisões desses Tribunais.

§ 5º Na falta ou impedimento do Oficial de Justiça ou Oficial de Justiça Avaliador, o Presidente da Junta poderá atribuir a realização do ato a qualquer serventário."

### EMENDA Nº 4

(corresponde à emenda nº 9 do Plenário e à subemenda nº 2-CCJ)

Ao art. 1º

Dê-se ao art. 894, mencionado no art. 1º do Projeto, a seguinte redação:

"Art. 894. Cabem embargos, no Tribunal Superior do Trabalho, para

o Pleno, no prazo de 5 (cinco) dias a contar da publicação da conclusão do acórdão;

a) das decisões a que se referem as alíneas "b" e "c" do inciso I do artigo 702;

b) das decisões das Turmas contrárias à letra da lei federal, ou que divergirem entre si, ou da decisão proferida pelo Tribunal Pleno, salvo se a decisão recorrida estiver em consonância com prejudgado, ou com jurisprudência uniforme do Tribunal Superior do Trabalho.

Parágrafo único. Enquanto não forem nomeados e empossados os titulares dos novos cargos de Juiz, criados nesta lei, e instaladas as Turmas, fica mantida a competência residual de cada Tribunal na sua atual composição e de seus Presidentes como definido na legislação vigente."

### EMENDA Nº 5

(corresponde à emenda nº 11 de Plenário)

Ao art. 1º

Acrescente-se, onde couber, de acordo com o disposto na emenda nº 1.

"Art. 895. ....

a) das decisões definitivas das Juntas e Juizes, no prazo de dois dias;"

### EMENDA Nº 6

(corresponde à emenda nº 1 — CLS)

Dê-se ao art. 2º a seguinte redação:

"Art. 2º As vagas de juizes togados do Tribunal Superior do Trabalho deixadas pelos atuais ocupantes dos cargos serão preenchidas por magistrados, membros do Ministério Público, junto à Justiça do Trabalho, e advogados, na forma dos arts. 113, § 1º, e 133, § 1º, da Constituição Federal."

### EMENDA Nº 7

(corresponde à subemenda nº 2-CCJ à emenda nº 13 de Plenário)

Ao art. 8º

Dê-se a seguinte redação:

"Art. 8º Conta-se como tempo de serviço na magistratura, para todos os efeitos, exceto no tocante à promoção por antiguidade, o prestado no Ministério Público, no Poder Judiciário e em cargo público de provimento privativo do bacharel em Direito. Parágrafo único. O tempo de efetivo exercício como suplente de Juiz do Trabalho será contado para efeito de promoção por antiguidade na classe."

### EMENDA Nº 8

(Corresponde à Emenda nº 16 de Plenário)

Acrescente-se, onde couber, o seguinte artigo:

"Art. Os Oficiais de Justiça e Oficiais de Justiça Avaliadores da

Justiça do Trabalho, quando em serviço, terão passe livre nas empresas concessionárias de serviço público de transporte coletivo de passageiros, nos limites da jurisdição do Tribunal Regional do Trabalho a que servirem."

## EMENDA Nº 9

(Corresponde à Emenda nº 18 de Plenário)

Acrescente-se, onde couber, o seguinte artigo:

"Art. Fica estendida, na forma desta Lei, a jurisdição das Seguintes Juntas de Conciliação e Julgamento do Estado do Espírito Santo:

a) a de Vitória, aos municípios de Vila Velha, Guarapari, Cariacica e Serra;

b) a de Cachoeiro do Itapemirim, aos municípios de Itapemirim, Presidente Kennedy, Muqui, Alegre, Castelo e Jerônimo Monteiro."

## Parecer nº 370, de 1968

Redação final das emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 41, de 1968 (nº 1.042-B-68, na Casa de origem).

Relator: Senador Nogueira da Gama.

A Comissão apresenta a redação final das emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 41, de 1968 (nº 1.042-B-68, na Casa de origem), que altera a Lei nº 5.253, de 10 de abril de 1967, que dispõe sobre medidas aplicáveis aos menores de 18 anos pela prática de fatos definidos como infrações penais e dá outras providências.

Sala das Sessões, em 29 de abril de 1968. — *Lobão da Silveira*, Presidente — *Nogueira da Gama*, Relator — *Manoel Vilaga*.

## ANEXO AO PARECER Nº 370, DE 1968

Redação final das emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 41, de 1967 (nº 1.042-B-FR, na Casa de origem).

## EMENDA Nº 1

(Corresponde à Emenda nº 2-CCJ)

Dê-se ao item I do art. 2º, contido no art. 1º do Projeto, a seguinte redação:

"I — se os motivos e as circunstâncias do fato e as condições do menor não evidenciam periculosidade, o Juiz poderá deixá-lo com o pai ou responsável, confiá-lo a tutor ou a quem assuma a sua guarda, ou mandar interná-lo em estabelecimento de reeducação ou profissional e, a qualquer tempo, revogar ou modificar a decisão";

## EMENDA Nº 2

(Corresponde à Emenda nº 1-CCJ)

Ao § 1º do art. 2º, contido no artigo 1º do Projeto.

Suprima-se:

## EMENDA Nº 3

(Corresponde à Emenda nº 3-CCJ) Ao art. 3º do Projeto. Suprima-se.

## O SR. PRESIDENTE:

(*Gilberto Marinho*) — O expediente lido vai à publicação.

Sobre a mesa requerimentos que vão ser lidos pelo Sr. 1º Secretário. São lidos os seguintes Requerimentos.

EXPEDIENTE  
DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

DIRETOR-GERAL

ALEERTO DE BRITTO PEREIRA

CHEFE DO SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES  
J. B. DE ALMEIDA CARNEIRO

CHEFE DA SEÇÃO DE REDAÇÃO  
FLORIANO GUIMARÃES

## DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

Impresso nas oficinas do Departamento de Imprensa Nacional — BRASÍLIA

## Requerimento nº 423, de 1968

Solicita ao Poder Executivo, através do Ministério do Interior — DNOS — informações sobre dragagem do rio Piabanha, entre Correas e Itaipava, no Estado do Rio.

(DO SR. VASCONCELOS TORRES)

Senhor Presidente,

Requeiro, na forma da preceituação regimental vigente, informe o Poder Executivo, através do Ministério do Interior — DNOS — quais os motivos da paralisação das obras de dragagem no rio Piabanha, entre Correas e Itaipava, no Estado do Rio.

Sala das Sessões, em 29.4.68 — Senador Vasconcelos Torres.

## Requerimento nº 424, de 1968

Solicita ao Poder Executivo, através do Ministério da Agricultura, informações sobre preservação de florestas.

(DO SR. VASCONCELOS TORRES)

Senhor Presidente,

Requeiro, na forma da preceituação regimental vigente, informe o Poder Executivo, através do Ministério da Agricultura, quais as providências e resultados obtidos, com relação à preservação de nossas florestas e bosques, reflorestamento e punição aos infratores da legislação específica.

Sala das Sessões, em 29.4.68. — Senador Vasconcelos Torres.

## Requerimento nº 425, de 1968

Solicita ao Poder Executivo, através dos Ministérios da Agricultura, da Indústria e Comércio e do Planejamento, informações sobre importações de colhedoras automotrizas da fuziosidade.

(DO SR. VASCONCELOS TORRES)

Senhor Presidente,

Requeiro, na forma da preceituação regimental vigente, informe o Poder Executivo, através dos Ministérios da Agricultura, da Indústria e Comércio e do Planejamento, o seguinte:

a) Quantas fábricas de colhedoras existem no Brasil, bem como fábricas de outras máquinas usadas na mecanização e modernização da lavoura?

b) Qual a capacidade de produção das mesmas, especialmente as de colhedoras, e quais as necessidades brasileiras no setor?

c) Atendem as mesmas a essas necessidades? Se afirmativo, porque pretende o Governo importar trezentas colhedoras automotrizas da fuziosidade?

d) Existem, no âmbito destes Ministérios, planos ou providências em andamento visando a implantação de novas fábricas ou ampliação das existentes, no caso de ser negativa a resposta à primeira parte do item anterior?

e) Existem planos para a concretização, a importação, distribuição, pa-

las diversas regiões do país, financiamento, formação de operadores e rede de assistência técnica, bem como orientação para seu uso?

f) Atualmente como age o Governo, por seus diversos órgãos específicos, no atendimento de nossas necessidades de mecanização no setor agrícola?

Sala das Sessões, em 29.4.68. — Senador Vasconcelos Torres.

## Requerimento nº 426, de 1968

Solicita informações ao Poder Executivo, através do Ministério da Saúde, sobre construção de Pronto Socorro em Nova Iguaçu, Estado do Rio de Janeiro.

(DO SR. VASCONCELOS TORRES)

Senhor Presidente,

De conformidade com dispositivo regimental vigente, requiro informe o Poder Executivo, através do Ministério da Saúde, quais as providências tomadas visando a construção de um Pronto Socorro em Nova Iguaçu, Estado do Rio de Janeiro uma vez que os socorros de urgência são ainda prejudicados pelo Hospital local, trazendo sérios transtornos aos usuários?

Sala das Sessões, em 29.4.68. — Senador Vasconcelos Torres.

## Requerimento nº 427, de 1968

Solicita ao Poder Executivo, através do Ministério do Interior — Banco Nacional de Habitação — informações sobre atividades do FISA-NE (Fundo de Investimento para Saneamento).

(DO SR. VASCONCELOS TORRES)

Senhor Presidente,

Requeiro, na forma da preceituação regimental vigente, informe o Poder Executivo, através do Ministério do Interior — Banco Nacional de Habitação — sobre o seguinte:

a) Quais os municípios do Estado do Rio de Janeiro que solicitaram financiamento do FISA-NE para saneamento e abastecimento de água?

b) Quantos já tiveram seus pedidos aprovados e quais?

c) Se houver algum que não tenha tido o projeto aprovado, qual, por que e quando o terá?

d) No caso de haver algum com projeto aprovado quando serão iniciadas as obras e qual o prazo para seu término?

Sala das Sessões, em 29.4.68. — Senador Vasconcelos Torres.

## Requerimento nº 428, de 1968

Solicita informações ao Poder Executivo, através do Ministério do Interior — DNOS — sobre dragagem do canal que desemboca no rio Saracuruna, em Duque de Caxias, Estado do Rio.

(DO SR. VASCONCELOS TORRES)

Senhor Presidente,

Na forma da preceituação regimental vigente, requiro informe o Poder Executivo, através do Minis-

tério do Interior — DNOS — se foi tomada alguma providência visando efetuar a dragagem do canal que desemboca no rio Saracuruna, em Duque de Caxias, Estado do Rio de Janeiro, uma vez que sempre transborda e inunda ruas e lavouras por ocasião das chuvas?

Sala das Sessões, em 29.4.68. — Senador Vasconcelos Torres.

## Requerimento nº 429, de 1968

Solicita informações ao Poder Executivo, através do Ministério dos Transportes — RFF S/A., sobre paralisação das obras de construção da Estação Ferroviária em Duque de Caxias, Estado do Rio de Janeiro.

(DO SR. VASCONCELOS TORRES)

Senhor Presidente,

Na forma da preceituação regimental vigente, requiro informe o Poder Executivo, através do Ministério dos Transportes — RFF S/A. — por que motivos, até hoje, continuam paralisadas as obras de construção da Estação Ferroviária em Duque de Caxias, Estado do Rio de Janeiro?

Sala das Sessões, em 29.4.68. — Senador Vasconcelos Torres.

## Requerimento nº 430, de 1968

Solicita ao Poder Executivo, através do Ministério da Agricultura, informações sobre produção e importação de trigo pelo Brasil.

(DO SENADOR VASCONCELOS TORRES)

Senhor Presidente,

Requeiro, na forma da preceituação regimental vigente, informe o Poder Executivo, através do Ministério da Agricultura, sobre o seguinte:

a) Qual a produção, a importação e o consumo anual, do Brasil, de trigo, nos últimos cinco anos?

b) Quais os países que venderam trigo ao Brasil, e as respectivas quantidades, nos últimos cinco anos?

c) Tem o Governo planos para aumentar a triticultura no Brasil? Quais os objetivos imediatos a respeito e quando estaremos produzindo o necessário para o consumo dispensando, assim, as importações?

Sala das Sessões, em 29-4-68 — Senador Vasconcelos Torres.

## Requerimento nº 431, de 1968

Solicita informações ao Poder Executivo, através do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária — IBRA — sobre entrega de terras aos lavradores de Papucaia, município de Cachoeiras de Macacu, Estado do Rio de Janeiro.

(DO SENADOR VASCONCELOS TORRES)

Sr. Presidente,

Na forma da preceituação regimental vigente, requiro informe o Poder Executivo, através do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária — IBRA — o seguinte:

1) Se foi feita a entrega de parcelas de terras aos lavradores de Papucaia, município de Cachoeiras de Macacu, Estado do Rio de Janeiro?

2) Em caso positivo, qual foi o número de parcelas entregues, sua área e por quem serão dirigidas inicialmente, bem como o prazo e valor do financiamento?

Sala das Sessões, em 29-4-68 — Senador Vasconcelos Torres.

**Requerimento nº 432, de 1968**

*Solicita ao Poder Executivo, através do Ministério dos Transportes, — DNER — informações sobre construção de viaduto em Duque de Caxias, no Estado do Rio.*

(DO SENADOR VASCONCELOS TORRES)

Sr. Presidente,  
Requeiro, na forma da preceituação regimental vigente, informe o Poder Executivo, através do Ministério dos Transportes — DNER — quais as providências tomadas para a construção de viaduto ligando a cidade de Duque de Caxias, no Estado do Rio à rodovia Rio-Petrópolis.

Sala das Sessões, em 29-4-68 — Senador Vasconcelos Torres.

**Requerimento nº 433, de 1968**

*Solicita informações ao Poder Executivo, através do Ministério da Agricultura — DNERu — Campanha de Erradicação da Malária sobre efetivação de 70 funcionários no Distrito de Campos, Estado do Rio de Janeiro.*

(DO SENADOR VASCONCELOS TORRES)

Sr. Presidente,  
Na forma da preceituação regimental vigente, requeiro informe o Poder Executivo, através do Ministério da Agricultura — DNERu — Campanha de Erradicação da Malária — por que motivos não foram efetivados os 70 funcionários do Distrito de Campos Estado do Rio de Janeiro, alguns com 2 até 6 anos de serviço, considerando que uma parcela desses servidores já conseguiram sua efetivação?

Sala das Sessões, em 29-4-68 — Senador Vasconcelos Torres.

**Requerimento nº 434, de 1968**

*Solicita informações ao Poder Executivo, através do Ministério das Minas e Energia — Eletrobrás — sobre expansão de serviços de energia elétrica em Guia de Pacobaíba (ex-Matú), 5º Distrito de Magé, Estado do Rio de Janeiro.*

(Do Senador Vasconcelos Torres)

Sr. Presidente,  
Na forma da preceituação regimental vigente, requeiro informe o Poder Executivo, através do Ministério das Minas e Energia — Eletrobrás — quais as providências tomadas visando a expansão de serviços de energia elétrica em Guia de Pacobaíba (ex-Matú), 5º Distrito de Magé, Estado do Rio de Janeiro?

Sala das Sessões, 29 de abril de 1968. — Vasconcelos Torres.

**Requerimento nº 435, de 1968**

*Solicita informações ao Poder Executivo, através do Ministério da Educação e Cultura, sobre início do período letivo da Escola Agrícola Nilo Peçanha, no Distrito de Pinheiral, Município de Pirai, Estado do Rio de Janeiro.*

(Do Senador Vasconcelos Torres)

Sr. Presidente,  
Na forma da preceituação regimental vigente, requeiro informe o Poder Executivo, através do Ministério da Educação e Cultura, quando foi marcado o início do período letivo da Escola Agrícola Nilo Peçanha, no Distrito de Pinheiral, Município de Pirai, Estado do Rio de Janeiro e se o mesmo foi cumprido, em caso contrário, explicar as razões?

Sala das Sessões, 29 de abril de 1968. — Vasconcelos Torres.

**Requerimento nº 436, de 1968**

*Solicita informações ao Poder Executivo, através do Ministério da Fazenda, sobre concessão de financiamento integral para caminhões, jipes e camionetas.*

(Do Senador Vasconcelos Torres)

Sr. Presidente:  
Na forma da preceituação regimental vigente, requeiro informe o Poder Executivo, através do Ministério da Fazenda, se foi liberada a concessão de financiamento integral para caminhões, jipes e camionetas, destinados ao uso dos agricultores, da mesma maneira como são financiados os autos de luxo, com prazo até 5 anos?

Sala das Sessões, 29 de abril de 1968. — Vasconcelos Torres.

**O SR. PRESIDENTE.**

(Gilberto Marinho) — Os requerimentos de informações de autoria do nobre Senador Vasconcelos Torres vão à publicação e, em seguida, serão despachados pela Presidência.

**O SR. PRESIDENTE:**

(Gilberto Marinho) — Há oradores inscritos.

Tem a palavra o primeiro deles, o nobre Senador Edmundo Levi.

**O SR. SENADOR EDMUNDO LEVI PRONUNCIA DISCURSO QUE, ENTREGUE A REVISÃO DO ORADOR, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.**

**O SR. PRESIDENTE:**

(Guido Mondim) — Sobre a mesa requerimento que vai ser lido pelo Sr. 1º Secretário.

E lido e aprovado o seguinte:

**Requerimento nº 437, de 1968**

Nos termos do art. 212, alínea g, do Regimento Interno, e de acordo com as tradições da Casa, requeiro não se realizem sessões no Senado, nem haja expediente na Secretaria, nos próximos dias 2 e 3 de maio.

Sala das Sessões, 29 de abril de 1968. — Antônio Carlos — Bezerra Netto.

**O SR. PRESIDENTE:**

(Guido Mondim) — Em consequência, o Senado não realizará sessões nos dias 2 e 3 de maio vindouros, nem funcionará a Secretaria.

**O SR. PRESIDENTE:**

(Guido Mondim) — O Senado vai ser honrado, neste momento, com a visita do Sr. Marechal-de-Campo Thanoun Kittikachorn, Primeiro-Ministro da Tailândia, que está acompanhado dos Srs. Tharat Khonan, Ministro de Estado das Relações Exteriores, e Pote Sarasin, Ministro de Estado do Desenvolvimento Nacional e de Economia daquele país.

Convido os Srs. Senadores a comparecerem ao Salão Negro, para receber os nossos ilustres visitantes, e, para isso, vou suspender os nossos trabalhos.

Está suspensa a sessão.

A sessão foi suspensa às 16 horas e 5 minutos e reaberta às 19 horas e 35 minutos.

**COMPARECEM MAIS OS SENHORES SENADORES:**

Milton Trindade  
Pedro Carneiro  
Lobão da Silveira  
Sebastião Archer  
Dinarte Mariz  
Pessoa de Queiroz  
Júlio Leite  
Dylton Costa  
José Leite  
Antônio Balbino  
Eduardo Catalão  
Eurico Rezende  
Adolpho Franco

Milton Menezes  
Mem de Sá

**O SR. PRESIDENTE:**

(Gilberto Marinho) — Está reaberta a sessão.

Como é do conhecimento dos Senhores Senadores acaba de visitar o Senado, sendo acolhido no Salão Negro, pela Mesa e numerosos Senhores Senadores que honraram com seu comparecimento, o Sr. Primeiro-Ministro e Chefe do Governo da Tailândia, Marechal de Campo Thanoun Kittikachorn.

**O SR. PRESIDENTE:**

(Gilberto Marinho) — Passa-se à Ordem do Dia

Item 1º:

Discussão, em turno único, da redação final (oferecida pela Comissão de Redação, em seu parecer nº 357, de 1968) da emenda do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 32 de 1968, (número 973-B-68, na Casa de origem), que altera o art. 31 e dá nova redação ao art. 32 e seu § 1º da Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960 (Lei Orgânica da Previdência Social).

Em discussão a redação final. Se nenhum dos Srs. Senadores de-sejar fazer uso da palavra, encerrarei a discussão. (Pausa)

Está encerrada.  
Não havendo emendas, nem requerimentos para que a redação final seja submetida a votos, é a mesma dada como definitivamente aprovada, independentemente de votação, nos termos do art. 316-A, do Regimento Interno. O projeto vai à Câmara dos Deputados.

Para acompanhar o estudo da emenda do Senado na outra Casa do Congresso, designo o Senador José Leite, relator da matéria na Comissão de Finanças.

E a seguinte a redação final aprovada:

**PARECER**

Nº 357, de 1968

Da Comissão de Redação  
Redação final da emenda do Senado ao Projeto de Lei da Câmara número 32, de 1968 (nº 973-B-68, na Casa de origem).

Relator: Sr. Manoel Villaga

A Comissão apresenta a redação final da emenda do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 32, de 1968 (nº 973-B-68, na Casa de origem), que altera o art. 31 e dá nova redação ao art. 32 e seu § 1º da Lei número 3.807, de 26 de agosto de 1960 (Lei Orgânica da Previdência Social).

Sala das Sessões, em 25 de abril de 1968. — Lobão da Silveira, Presidente. — Manoel Villaga, Relator. — Edmundo Levi.

**ANEXO AO PARECER Nº 357-68**

Redação final da emenda do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 32, de 1968 (nº 973-B-68, na Casa de origem).

**EMENDA Nº 1**

(Correspondente à Emenda nº 1 — CF)

Suprima-se o art. 1º do projeto, renumerando-se os demais.

**O SR. PRESIDENTE:**

(Gilberto Marinho) — Item 2º:

Discussão, em turno único, da redação final (oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer nº 346, de 1968), do Projeto de Lei do Senado nº 5, de 1968, que estende aos dependentes do empregado não optante pelo Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e direito assegurado pelo

artigo 9º da Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966.

Em discussão a redação final.

Se nenhum dos Srs. Senadores de-sejar fazer uso da palavra, encerrarei a discussão. (Pausa)

Está encerrada.

Não havendo emendas, nem requerimentos para que a redação final seja submetida a votos, é a mesma dada como definitivamente aprovada, independentemente de votação, nos termos do art. 316-A, do Regimento Interno.

O projeto vai à Câmara dos Deputados.

E a seguinte a redação final aprovada.

**PARECER**

Nº 346, de 1968

Da Comissão de Redação

Redação final do Projeto de Lei do Senado nº 5, de 1968.

Relator: Sr. Alvaro Mala

A Comissão apresenta a redação final do Projeto de Lei do Senado nº 5, de 1968, que estende aos dependentes do empregado não-optante pelo Fundo de Garantia do Tempo de Serviço o direito assegurado pelo artigo 9º da Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966.

Sala das Sessões, em 24 de abril de 1968. — Manoel Villaga, Presidente. — Alvaro Mala, Relator. — Edmundo Levi.

**ANEXO AO PARECER Nº 346-68**

Redação final do Projeto de Lei do Senado nº 5, de 1968, que estende aos dependentes do empregado não-optante pelo Fundo de Garantia do Tempo de Serviço o direito assegurado pelo artigo 9º da Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O valor da conta vinculada do empregado não-optante pelo Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, e que vier a falecer, será pago pelo Banco depositário, em quotas iguais, aos respectivos dependentes, habilitados perante o Instituto Nacional de Previdência Social.

§ 1º O pagamento será feito com a comunicação do Instituto Nacional de Previdência Social, que mencionará a data do óbito, os nomes dos dependentes habilitados e, quando houver menores, a data do nascimento de cada um deles.

§ 2º Ficará retida, à disposição do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, vencendo juros à taxa vigente na data do falecimento do empregado com a correção monetária, a quota atribuída a dependente menor, até que complete dezeto anos, salvo autorização judicial para o respectivo levantamento.

§ 3º Decorridos dois anos do falecimento do empregado, e não havendo dependentes habilitados, o montante da conta vinculada reverterá a favor do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, na forma do disposto no parágrafo único do artigo 9º da Lei número 5.107, de 13 de setembro de 1966, e das normas consequentes.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**O SR. PRESIDENTE:**

(Gilberto Marinho) — Esgotada a matéria da Ordem do Dia. Há ainda oradores inscritos.

O primeiro deles é o nobre Senador Antônio Carlos, a quem dou a palavra. (Pausa.)

S. Exa. não está presente.

**O SR. VASCONCELOS TORRES:**

Sr. Presidente, peço a palavra.

**O SR. PRESIDENTE:**

(Gilberto Marinho) — Há ainda outro orador inscrito. Logo a seguir darei a palavra a V. Exa.  
Tem a palavra o nobre Senador Wilson Gonçalves.

**O SR. WILSON GONÇALVES:**

Sr. Presidente, Srs. Senadores, faleceu no dia 16 deste mês, em Fortaleza, o Professor Doutor Manuel Antônio Andrade Furtado aos 78 anos de idade, depois de uma vida inteira dedicada à mais nobre causa dos interesses do meu Estado.

Doutor Andrade Furtado era, sem nenhum favor, uma das figuras mais expressivas do mundo social, político e jornalístico da minha terra, tendo exercido as mais elevadas funções em diversos setores das atividades humanas. A sua morte constitui, realmente, uma perda irreparável para o nosso povo, que teve, constantemente, desse ilustre cearense desapeado uma cooperação valiosa em todos os problemas e questões de interesses vitais de nossa coletividade.

Professor Catedrático de Direito Administrativo da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Ceará, teve ensino de lecionar naquela tradicional casa de ensino superior várias outras matérias, inclusive Economia Política.

Foi, por algum tempo, Diretor dessa Faculdade e, uma vez aposentado, recebeu o honroso título de Professor Emérito da nossa Salimãncia. Jornalista primoroso dirigiu por muitos e muitos anos o diário "O Nordeste", órgão da Arquidiocese de Fortaleza. Foi principalmente no jornalismo que a sua figura mais se agigantou no meio cearense. Além de manter diariamente o artigo doutrinário e editorial desse jornal, sustentou, sempre a favor da boa causa, intensas e importantes campanhas jornalísticas, onde se destacaram a sua cultura, o seu destemor, a sua bravura e o seu espírito público. Em certas causas, pôs em risco a própria vida, em defesa do que lhe parecia a causa de real interesse de nosso Estado.

Na política, desenvolveu também atividades proveitosas e profícuas, ocupando vários cargos de relevo na administração cearense. Exerceu, por muito tempo, o cargo de Secretário de Estado dos Negócios do Interior e da Justiça, ao tempo do Governo honrado do atual Senador Menezes Pimentel, sendo, neste posto, como nos demais, figura que se destacava pela honradez, pela dignidade e pela correção de atitudes.

Não só aí ficaram os reflexos da inteligência do Doutor Andrade Furtado porque nas letras também se distinguiu, chegando, com justiça, a ocupar uma das cadeiras da Academia Cearense de Letras.

Orador vibrante e eloquente, sempre pôs sua capacidade, seu espírito brilhante, sua combatividade seu amor ao trabalho, ao serviço da boa causa cearense. Daí porque o seu desaparecimento, mesmo na avançada idade de setenta e oito anos, constitui, como disse, uma perda irreparável para o nosso Estado, que tinha, na figura exponencial do Professor Andrade Furtado, uma das projeções mais duradouras da sua vitalidade democrática e cívica.

A mim, pessoalmente, a notícia me comoveu profundamente porque embora a certa distância, mantinha pelo ilustre morto uma espontânea e verdadeira amizade, vindo dos tempos da Faculdade de Direito do Ceará, onde tive a honra de ser seu discípulo. De lá para cá, sempre acompanhei a trajetória luminosa da vida desse honrado cearense e não posso deixar de ajuntar o meu sentimento, a minha saudade, a minha homenagem ao preito de justiça que foi prestado, em unanimidade comovedora, por todo o povo cearense.

Neste instante em que registo o doloroso acontecimento, quero em meu nome e em nome do eminente Senador Menezes Pimentel, expressar a nossa saudade e a nossa homenagem postuma, e declarar que a vida e a obra de Andrade Furtado servam de exemplo à mocidade de hoje, para que a seu exemplo se dedique ao serviço nosso do Estado, em um dos superiores interesses da Pátria.

Sr. Presidente, antes de encerrar estas considerações desejo fazer consignar no meu discurso a nota que, a propósito do falecimento do Professor Andrade Furtado, publicou o "Correio do Ceará", órgão dos "Diários Associados, em 17 de abril corrente:

(Lê)

As mais altas autoridades e o mundo político, jurídico e intelectual do Ceará compareceram ao sepultamento do dr. Manoel Antônio de Andrade Furtado, falecido ontem, às 18.30 horas, em Fortaleza, aos 78 anos vitimado por moléstia que o prendia ao leito há muito tempo. O Professor Andrade Furtado, que deixou viúva a sra. Dilara Bezerra Andrade Furtado e 11 filhos oriços, inclusive o jornalista Luis Edgar de Andrade, atualmente no Vietnã do Sul cobrindo o conflito no sudeste asiático, era uma das maiores expressões da cultura jurídica do Ceará. Foi, por 10 anos, diretor da Faculdade de Direito, Vice-Reitor da Universidade, diretor do antigo "O Nordeste", Secretário da Justiça e Presidente do Banco Popular de Fortaleza. Por motivo do seu falecimento, a Faculdade de Direito suspendeu as aulas na noite de ontem e no dia de hoje, comparecendo à residência do exímio. (Franklin Távora, 700) de onde saiu o feretro, todo o corpo docente da escola e grande número de estudantes.

**QUEM ERA**

O professor Andrade Furtado nasceu em Quixeramobim, em 27 de janeiro de 1890, sendo filho de José Mendonça Furtado e Stela de Andrade Furtado. Em 1915 formou-se em Direito e dois anos depois assumiu a cadeira de Economia Política e Ciência das Finanças, lecionando posteriormente Direito Administrativo. Entre 1950 e 1960 foi diretor da Faculdade de Direito e vice-Reitor, aposentando-se. Anteriormente, exercera cadeiras nas Faculdades de Filosofia e Agronomia.

**POLÍTICO, JORNALISTA E INTELLECTUAL**

Durante 7 anos, entre 1938 e 1945, o professor Andrade Furtado exerceu as funções de Secretário do Interior, na administração do interventor Menezes Pimentel, tendo assumido, nesse período, por diversas vezes, a interventoria.

Foi o professor Andrade Furtado um dos fundadores do jornal católico "O Nordeste", tendo colaborado durante vários anos com escritos sobre variados temas no referido jornal. Em 1960, recebeu de Paulo VI a Comenda da Santa Sé e São Gregório Magno, como reconhecimento pelos serviços prestados à causa da Igreja e da humanidade. Como intelectual, foi um dos mais destacados membros do Instituto do Ceará, tendo sido eleito também para a Academia Cearense de Letras, onde ocupava a cadeira nº 26.

Homem de múltiplas atividades, fez o professor Andrade Furtado sua incursão no mundo das finanças, chegando a presidir o Banco Popular de Fortaleza, uma das mais tradicionais e sólidas instituições bancárias do Ceará.

**PUBLICAÇÕES**

Entre as publicações mais importantes de Andrade Furtado estão apontadas: "Educação de Pernambuco e Instrução Pública"; "O Nacionalismo e a Imprensa"; "Solução do Problema da Censura"; "A Censura"; "A Extensão do Direito"; "Ensino Jurídico"; "Quixeramobim e a Sua Vida Religiosa"; "Para que o Mundo Pense"; "Filosofia do Desastre"; "Esboços dos Perfis", todos trabalhos escritos no decorrer de quatro décadas, entre 1917 e 1957.

**FILHOS**

O professor Andrade Furtado foi casado duas vezes; do primeiro matrimônio, com a sra. Maria Alexandrina Castelo Branco Furtado, nasceram Maria Abigail, Maria Estela e o padre José Abner. Do segundo casamento, com a sra. Dilara Andrade Furtado, nasceram Luis Edgar de Andrade, Maria Dilara, Paulo Abel, Maria de Lurdes, Maria Noélla, Manoel Antônio e Margarida Maria, todos da maior. O jornalista Luis Edgar informado da morte do pai cabrerava dizem da impossibilidade de seu imenso deslocamento de Saigon, a tempo de assistir aos funerais. (Muito bem!)

**O SR. PRESIDENTE:**

(Guilherme Mendes) — Tem a palavra o Sr. Senador Arthur V. dos Reis. (Pausa)

S. Exa. não está presente. Tem a palavra o Sr. Senador Vasconcelos Torres.

**O SR. VASCONCELOS TORRES:**

(Não foi revisto pelo orador) — Senhor Presidente, Srs. Senadores, na semana passada, visitei longamente Cambuci, município da zona norte do meu Estado, região de atividades agrícola e pastoril que, no momento, enfrenta graves dificuldades por se tratar de zona rural vive instantes de apreensão e de angústia.

Aí, Sr. Presidente, está-se processando, com índices alarmantes, o êxodo rural. Não se trata das chamadas terras cansadas, numa região que não tenha capacidade para produzir. Pelo contrário, apresenta condições espantosas para o desenvolvimento da agricultura e, também, para a sua diversificação.

Um dos problemas maiores é justamente o de uma usina de açúcar que ali se situa, chamada Vargem Grande, no momento, dirigida pelo Instituto do Açúcar e do Alcool, porque os seus antigos proprietários, por falta de recursos financeiros, durante a crise de há dois anos acumularam dívidas. O referido Instituto ficou como um grande credor desse estabelecimento industrial, como também credora ficou a Prefeitura e credores ficaram os próprios trabalhadores com os seus créditos privilegiados, de vez que se tratava de vencimentos atrasados.

No momento em que o Instituto cuida de amparar a produção e particularmente os fornecedores de cana e trabalhadores, interessante é notar que uma expectativa para no ar, em Cambuci: o receio de que o Instituto do Açúcar e do Alcool venha a se desinteressar pela usina, as safras sob sua orientação se interrompam, a usina venha a ser comprada e haja a transferência de actas para outra região.

Para mostrar a importância dessa usina, quero declarar que 42% da arrecadação do I. C. M. provém, justamente, desse estabelecimento da agro-indústria açucareira, em Cambuci.

Como não pode deixar de ser, essa região desamparada por vários governos — sendo tão rica ainda não conta com uma estrada asfaltada; cuja ponte, para a qual conseguimos algumas vezes auxílios federais, ficou no

meio do caminho, ponte cuja construção não facilitou tanto a economia da região norte fluminense, pois se compara com a Pão-de-Açúcar e União — tem a sua população isolada e está muito apressada.

Tive oportunidade de entrar em contacto com a comunidade, com o Prefeito, com a Câmara dos Vereadores e com o Pároco local, o Padre Lamar, que se revelou e mostrou-se revelando um líder autêntico, na defesa da comunidade.

É a Igreja Moderna preocupando-se com esses assuntos vitais a uma sociedade. Ele não se dá a função sagrada do seu ministério apostólico. Vai às ruas e reúne e educa e pede. S. Exa. sabe que o Padre do interior, hoje, é um agente extraordinário do progresso. Ele não se limita a dizer as missas rotineiras e a fazer as batizadas. Vai às praças públicas, à Cooperativa, e agora, então, em Cambuci, nesse quadro de miséria que estou descrevendo, o movimento migratório das populações rurais se torna mais intenso, de procura de melhor e interesse não só do Estado como também do Brasil, principalmente para a indústria têxtil que a cidade norte tem de seus estabelecimentos têxteis, o Banco Ribeiro Furtado, que fez um acordo com o Banco Comércio e Indústria de Minas Gerais e teve de sair da cidade, porque a propriedade da cidade ficou vendida a dois estabelecimentos: o Banco do Estado e o Banco a que acabo de me referir.

A Cooperativa, em razão desses acontecimentos e ameaças, está também, às vésperas de fechar suas portas.

Sendo os Srs. Senadores que quando de uma cooperativa encerra suas atividades — e dificilmente pode falir, não deve falir — é porque lhe está faltando estímulos, estímulos que as autoridades não lhe concedem, ocasionando, desta forma, a difícil situação que o município de Cambuci enfrenta.

Diga-se de passagem, Sr. Presidente, que essa região, no momento, oferece progresso, florescimento digno de nota. Hoje, só tem um médico, quando, há menos de dez anos possuía quatro. Os estabelecimentos comerciais são escassos e não devidamente colocados na área de escolaridade. O problema da farmácia é idêntico.

Sinto-me profundamente contrariado.

Sabe V. Exa., Sr. Presidente, sou um caixeiro-viajante da representação popular. Fico aqui em Brasília normalmente às terças, quartas e quintas-feiras. Digo normalmente porque hoje, excepcionalmente, sendo segunda-feira, aqui me encontro e por ser feriado depois de amanhã, dia 19 de maio, queria justamente comparecer à tribuna para dar uma espécie de brado-de-alerta às nossas autoridades federais e — por que, também, não dizer? às estaduais. As duas, insuspeitamente proclamo, estão se braços cruzados, diante de uma comunidade que pode produzir, e quer produzir, e não tem tido os estímulos para tal.

Assumi o compromisso, em reunião com o Presidente da Câmara Municipal e com todos os Vereadores municipais, independentemente de coloração partidária, de que chamaria a atenção para esses fatos, pedindo ao Instituto do Açúcar e do Alcool uma solução urgente, que poderia ser o Instituto mesmo se encarregar, definitivamente, da administração da Usina, ou, então, mobilizar grupos econômicos interessados na sua aquisição e facultar o devido financiamento: estudar a possibilidade, como a foi feita uma vez no Nordeste, em Alagoas, em São Miguel dos Campos, de um tipo de cooperativa já que há tudo ajeitando em sentido favorável a que a empresa não cerre as suas portas.



Esse Padre Lamar Cazolari, cuja figura mita é impressionante, porque um coração à inteligência, está à testa desse movimento.

Quando ferido e não havia mais esperança nos próximos dias, seu espírito no Norte fluminense e foi para os municípios de Miracema e Santo Antônio de Pádua. Para essa região se deslocou as flechas mais representativas do município, a fim de entregar-me um memorial relatando tudo que ocorre nesse quadro de miséria que ameaça Cambuci de ser tirada do mapa do Estado do Rio e, conseqüentemente do Brasil. Receberei esse memorial e quero fazer pessoalmente a sua entrega ao Sr. Presidente da República, Marshal Arthur da Costa e Silva.

Sr. Presidente, para um representante do povo fluminense é profundamente chocante ter que estar relatando esse quadro de miséria que nossos municípios também apresentam, mas porque alguns há condições climáticas desfavoráveis, uma série de fatores. Em Cambuci, porém, falta apenas um o fator governamental está aberto para descobrir o verdadeiro motivo da situação, da pobreza e da falta de trabalho de uma gente capaz de uma iniciativa ativa e assumir uma vida que tem o seu clube e um dos melhores clubes do Estado do Rio de Janeiro o Atlético Clube do Rio de Janeiro, que tem uma fundação, que tem uma fundação imponente, que tem Sr. Presidente, porém deslumbrantes, porque o Rio Paraíba quando chega a cidade de Cambuci apresenta aspectos de verdadeira catástrofe, portanto, que haja uma solução.

Anelo daqui, antes mesmo de receber o memorial, para que as nossas autoridades deem a Cambuci o indispensável apoio e que o Instituto do Açúcar e do Alcool encare com seriedade e com urgência o Jorno que ali se desenvolve.

Sr. Presidente, antes de encerrar estas considerações, gostaria de agradecer as manifestações de apoio que estou recebendo do Estado do Rio de Janeiro, pela apresentação da comissão ao projeto que relaciona vários Municípios como de interesse do segurança nacional.

Não me conformo, Sr. Presidente com os argumentos que foram expostos para que o Município Douro de Caxias o terceiro centro arrecadador da União tenha sido incluído entre aqueles que terão a sua autonomia cassada, no que tange a eleição do prefeito. Não só do Chefe do Executivo Municipal, como dos Vereadores, dos clubes, de civis, das diferentes associações agremiadas comerciais e industriais, tenho recebido provas de que interferei bem o pensamento de todos aqueles que não desistem ver Caxias incluída na chamada área de segurança nacional.

Porque, segurança nacional Senhor Presidente, já existe ali com o Batalhão de Fuzileiros Navais, aliás, primeiro: o 6º Batalhão da Polícia Militar, está nas vizinhanças da Vila Militar: o próprio policiamento da PETROBRÁS. E note-se que a refinaria, em determinadas áreas, está mais próxima do Estado da Guanabara que propriamente dos centros populacionais do município de Duque de Caxias.

Vou lutar, Sr. Presidente. É uma situação difícil para mim porque pertencço à ARENA e o Estado do Rio só tem um município que não pertence, mas um prêmio que é um verdadeiro presente de grego, mas se conseguirmos sensibilizar nossas áreas militares e federais em relação por exemplo, de qualquer maneira, a emenda está e a bancada fluminense sem distinção de partidos, irá votar unanimemente com a proposta que apresentei.

Sr. Presidente, para não me aprofundar, queria pedir a V. Exa. porque tenho em mãos uma reportagem interessante sobre o assunto que me ocupou na primeira parte dessa explanação, sobre Cambuci, voltando o Padre Lamar Cazolari, queria pedir a V. Exa. que mandasse publicá-la para não tomar muito tempo já que a sessão está se encerrando e todos têm outros afazeres, inclusive o Serviço de Radiodifusão tem o que fazer, bem como os nossos senhores Sérgio, Cezar e Fábio Mendes, e como a reportagem é longa vou pedir a Vossa Excelência que mande incorporar ao meu discurso essa reportagem publicada em jornal de Miracema.

Sr. Presidente, no dia de hoje eu sei que queira tratar e a parábola de Deus quiser, estarei de volta à Tribuna para, como de praxe, defender os interesses do Estado que tenho a honra de representar nesta Casa. Muito obrigado. (Muito bem)

#### REPORTAGEM A QUE SE REFERE O SR. VASCONCELOS TORRES EM SEU DISCURSO:

#### PADRE REUNE POPULAÇÃO PARA SALVAR CAMBUCI: EXCETO IMPRESSIONANTE

O Padre Lamar Cazolari, vigário da Paróquia de Cambuci, enviou telegrama a todos os que estão afastados da terra natal, convocando-os para uma reunião hoje, quando vão tratar dos meios de salvar o município, "que está às portas da falência".

O vigário e a população, são afetados com o extraordinário exodo que se tem verificado nos últimos meses, quando só em março nada menos de 15 famílias saíram de Cambuci com destino a outras cidades, por absoluta falta de condições de vida na terra do poeta Osar Baptista.

#### SONHO

Como se se recorda, há mais de 20 anos o Governo Federal iniciou a construção de uma ponte sobre o Rio Paraíba, na localidade denominada Boia, cuja obra é considerada por quantos já estudaram as condições sócio-econômicas do município — a salvação de uma vasta região especialmente dos municípios de Itacara e Cambuci.

Essa ponte, na qual milhões e milhões de cruzeiros já foram gastos, teve construídas, apenas, as duas cabeceiras, — de um lado e de outro do grande rio — ficando, agora, postada como um "elefante branco" — construída somente na imaginação do povo que sonha com a sua redenção.

#### NO LOCAL

Tomando conhecimento dos fatos que tem alarmado a população cambuciense, e reportagem deslocou-se até aquele município e sentiu, "in-

lôco", o estado de espírito de quantos habitam aquele recanto acolhedor da região norte do Estado do Rio.

Em cada esquina, em cada boteco, o assunto é um só: o estado de abandono a que foi relegado criminalmente o município de Cambuci no que tange à obtenção de serviços públicos e à falta total de liderança, de suas bases políticas, outrora respeitadas e acabadas, pelo que se constitui em uma quase unidade partidária.

#### ONTEM E HOJE

Na ano de 1929, Cambuci possuía, na sede, nada menos de 6 médicos, 4 farmácias. Hoje, em 1963, existe, apenas um médico e uma farmácia, a se tornando uma constância a ausência total do facultativo na cidade, quando interesses particulares o obrigam a viajar para outros locais.

Dois estabelecimentos bancários operam na cidade: o Banco do Estado e o Ribeiro Junqueira. Ocorre que, tendo o Banco do Comércio e Indústria de Minas Gerais adquirido o controle acionário do Ribeiro Junqueira, vai transferir a patente para outra cidade maior em razão de medidas assumidas pelo Banco Central, deixando assim, Cambuci reduzida aos serviços do Banco oficial do Governo fluminense.

#### FIM

Por falta de espaço obrigamos a Cooperativa Agrícola — uma das melhores da região — a fechar as portas. Igualmente, a Companhia Mineira Açúcar — única indústria do município, está encerrando seus negócios, deixando ao desamparo, centenas de famílias de humildes trabalhadores e toda a plantação canavieira.

Neste caso específico, estavam os cambucienses com a participação do Instituto do Açúcar e do Alcool igualmente está acinda o IBO relativamente à erradicação dos cafeais julgados antieconômicos, causando prejuízos aos cafeicultores, com a sistemática negativa do pagamento das indenizações.

#### EMCAMPAÇÃO

Igualmente o Ginásio — que é municipal mas arrendado a particular — deveria, o quanto antes, tomar-se Colégio Estadual, levando-se em consideração que o poder aquisitivo da população é realmente um dos mais baixos do Estado do Rio, o que se pode — no caso específico da educação — avaliar pelo grande número de alunos bolsistas estaduais e federais.

#### BRIGA DE FAMÍLIA

Sem estradas, sem indústria, sem liderança — por que se permite até mesmo, que uma escola do Suburbano seja fechada por simples briga de família — Cambuci está caminhando para ser "varrido do mapa do Es-

tado do Rio", a menos que o padre Lamar Cazolari e a comunidade cambuciense consigam salvar as condições de vida daquele município.

E não se pode permitir que um povo como o de Cambuci que tem dado ao Estado e à Nação, verdadeiras expressões de cultura e inteligência, fique entregue ao abandono, a um futuro e mesquinho esquecimento, como também não pode ser ternamente, firmeza para os pés dos que somente sabem olhar para o alto.

#### O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondim) — Senhores Senadores acha-se presente o Senhor Pedro Carneiro, suplente convocado para substituir o Sr. Senador Cattete Pinheiro durante a licença concedida a esse nobre representante do Estado do Pará.

Nos termos do art. 6º, § 2º, do Regulamento Interno, S. Exa. basculou a participar dos trabalhos da casa, dispensado do compromisso regimental, visto já o haver prestado ao ensejo de sua primeira convocação (Pausa)

O Sr. Senador Pedro Carneiro encaminha a Mesa comunicação que será lida pelo Sr. 1º Secretário.

#### Lida a seguinte:

#### COMUNICAÇÃO

Em 29 de abril de 1963

Senhor Presidente,

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência, à vista do disposto nos artigos 9º e 10, § 1º do Regulamento Interno, que, voltando ao exercício da representação do Estado de Pará, em substituição ao Sr. Senador Cattete Pinheiro, conservarei o nome parlamentar adotado ao ensejo de minha primeira investidura, abaixo consagrado, e interarei a bancada da ARENA — Pará.

Atenciosas saudações. — Pedro Carneiro de Moraes e Silva.

Nome parlamentar: Pedro Carneiro

#### O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondim) — Sr. Senador Pedro Carneiro de Moraes e Silva tomará, como antes, o nome parlamentar de Pedro Carneiro.

Nada mais havendo que tratar, vou encerrar a sessão, convocando, antes, os Srs. Senadores para uma sessão extraordinária, amanhã, às dez horas, com a seguinte

#### ORDEN DO DIA

#### TRABALHOS DE COMISSÕES

#### O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondim) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 17 horas e 5 minutos).

## SECRETARIA DO SENADO FEDERAL

### ATO DO SR. PRIMEIRO SECRETÁRIO

PORTARIA Nº 54, DE 1963

O Primeiro Secretário, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 51, letra "J", nº 2, do Regulamento Interno e de acordo com o disposto na Resolução nº 8, de 1963, resolve, des-

ligar Jorge Antunes, Auxiliar de Portaria, PL-8, das funções de Continuo do Gabinete do Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e designar Mário Mendes da Silva, Ajudante de Porteiro, PL-7, para as mesmas funções.

Secretaria do Senado Federal, em 23 de abril de 1963. — Dinarte Mariz, 1º Secretário.

**M E S A**

Presidente — Gilberto Marinho (ARENA — GB),  
 1º Vice-Presidente — Pedro Ludovico (MDB — GO),  
 2º Vice-Presidente — Rui Palmeira (ARENA — AL),  
 1º Secretário — Fânarte Mariz (ARENA — RN),  
 2º Secretário — Vitorino Freire (ARENA — MA),  
 3º Secretário — Aarão Steinbruch (MDB — RJ),  
 4º Secretário — Catieta Pinheiro (ARENA — PA),  
 1º Suplente — Guido Mondin (ARENA — RS),  
 2º Suplente — Vasconcelos Torres (ARENA — RJ),  
 3º Suplente — Lino de Mattos (MDB — SP),  
 4º Suplente — Raul Giuberti (ARENA — ES).

**LIDERANÇA DO GOVERNO**

Líder — Daniel Kritzer (ARENA — RJ).

**DA ARENA**

Líder — Filinto Müller (MT).

**Vice-Líderes**

Wilson Gonçalves (CE),

Petrônio Portela (PI),

Manoel Villaga (RN),

Antônio Carlos SC).

**DO MDB**

Líder — Aurélio Vianna (GB).

**Vice-Líderes**

Arthur Virgílio (AM).

Adalberto Sena (ACRE).

**COMISSÃO DE AJUSTES INTERNACIONAIS E DE LEGISLAÇÃO SOBRE ENERGIA ATÔMICA**

(7 Membros)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Nogueira da Gama

Vice-Presidente: Teotônio Vilela

**ARENA****TITULARES**

Arnon de Mello  
 Domicio Gondim  
 Paulo Tôres  
 João Cleofas  
 Teotônio Vilela

**SUPLENTE**

José Leite  
 José Guimard  
 Adolpho Franco  
 Leandro Maciel  
 Aloysio de Carvalho

**MDB**

Nogueira da Gama  
 Josaphat Marinho

José Ermírio  
 Mário Martins

Secretário: Cláudio Carlos Rodrigues Costa — Ramal 247.

Reuniões: Quartas-feiras, à tarde.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

**COMISSÃO DE AGRICULTURA**

(7 Membros)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: José Ermírio

Vice-Presidente: João Cleofas

**ARENA****TITULARES**

José Feliciano  
 Ney Braga  
 João Cleofas  
 Teotônio Vilela  
 Milton Trindade

**SUPLENTE**

Atílio Fontana  
 Leandro Maciel  
 Benedicto Valladares  
 Adolpho Franco  
 Sigefredo Pacheco

**MDB**

José Ermírio  
 Argemiro de Figueiredo

Aurélio Vianna  
 Mário Martins

Secretário: J. Ney Passos Dantas — Ramal 244.

Reuniões: Terças-feiras, à tarde.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

**COMISSÃO DE ASSUNTOS DA ASSOCIAÇÃO LATINO-AMERICANA DE LIVRE COMÉRCIO — ALALC**

(7 Membros)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Ney Braga

Vice-Presidente: Aurélio Vianna

**ARENA****TITULARES**

Ney Braga  
 Antônio Carlos  
 Melo Braga  
 Arnon de Mello  
 Atílio Fontana

**SUPLENTE**

José Leite  
 Eurico Rezende  
 Benedicto Valladares  
 Carvalho Pinto  
 Filinto Müller

**MDB**

Aurélio Vianna  
 Mário Martins

Pessoa de Queiroz  
 Edmundo Levi

Secretário: Hugo Rodrigues Figueiredo — Ramal 244.

Reuniões: Quinta-feiras, às 9:00 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Economia.

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**

13 Membros

Presidente: Milton Campos

Vice-Presidente: Aloysio de Carvalho

**ARENA****SUPLENTE****TITULARES**

Milton Campos  
 Antônio Carlos  
 Aloysio de Carvalho  
 Eurico Rezende  
 Wilson Gonçalves  
 Petrônio Portela  
 Carlos Lindenberg  
 Paulo Sarasate  
 Clodomir Millet

Alvaro Maia  
 Lobão da Silveira  
 Benedicto Valladares  
 Arnon de Mello  
 Júlio Leite  
 Menezes Pimentel  
 Adolfo Franco  
 Filinto Müller  
 Daniel Krieger

**MDB**

Antônio Balbino  
 Bezerra Neto  
 Josaphat Maria  
 Edmundo Levi

Arthur Virgílio  
 Argemiro de Figueiredo  
 Nogueira da Gama  
 Aurélio Vianna

Secretária: Maria Helena Bueno Brandão — Ramal 247.

Reuniões: Terças-feiras, às 10:00 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

**COMISSÃO DO DISTRITO FEDERAL**

(11 Membros)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: João Abrahão

Vice-Presidente: Júlio Leite

**ARENA****SUPLENTE****TITULARES**

José Feliciano  
 Eurico Rezende  
 Petrônio Portela  
 Atílio Fontana  
 Júlio Leite  
 Clodomir Millet  
 Manoel Villaga  
 Wilson Gonçalves

Benedicto Valladares  
 Melo Braga  
 Teotônio Vilela  
 José Leite  
 Mem de Sá  
 Filinto Müller  
 Fernando Corrêa  
 Adolfo Franco

**MDB**

João Abrahão  
 Aurélio Vianna  
 Adalberto Sena

Bezerra Neto  
 Oscar Passos  
 Sebastião Archer

Secretário: Afrânio Cavalcant Melo Júnior — Ramal 245.

Reuniões: Quintas-feiras, às 10:00 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

**COMISSÃO DE ECONOMIA**

(11 Membros)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Carvalho Pinto

Vice-Presidente: Edmundo Levi

**ARENA****SUPLENTE****TITULARES**

Carvalho Pinto  
 Carlos Lindenberg  
 Júlio Leite  
 Teotônio Vilela  
 Domicio Gondim  
 Leandro Maciel  
 Atílio Fontana  
 Ney Braga

José Leite  
 João Cleofas  
 Duarte Filho  
 Sigefredo Pacheco  
 Filinto Müller  
 Paulo Tôres  
 Adolpho Franco  
 Antônio Carlos

**MDB**

Bezerra Neto  
 Edmundo Levi  
 Sebastião Archer

José Ermírio  
 Josaphat Marinho  
 Pessoa de Queiroz

Secretário: Cláudio Carlos Rodrigues Costa — Ramal 247.

Reuniões: Quartas-feiras, às 9:00 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Economia.

**COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA**

(7 Membros)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Menezes Pimentel

Vice-Presidente: Mem de Sá

**ARENA****SUPLENTE****TITULARES**

Menezes Pimentel  
 Mem de Sá  
 Alvaro Maia  
 Duarte Filho  
 Aloysio de Carvalho

Benedicto Valladares  
 Antônio Carlos  
 Sigefredo Pacheco  
 Teotônio Vilela  
 Petrônio Portela

**MDB**

Adalberto Sena  
 Antônio Balbino

Ruy Carneiro  
 Edmundo Levi

Secretário: Cláudio Carlos Rodrigues Costa — Ramal 247.

Reuniões: Quartas-feiras, às 10:00 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

# COMISSÃO DOS ESTADOS PARA ALIENAÇÃO DE CONCESSÃO DE TERRAS PÚBLICAS E POVOAMENTO

(11 Membros)  
COMPOSIÇÃO

Presidente: Antônio Carlos  
Vice-Presidente: Alvaro Mata

## ARENA

## SUPLENTE

TITULARES  
Antônio Carlos  
Moura Andrade  
Paulo Saracate  
Milton Trindade  
Alvaro Mata  
José Feliciano  
João Cleofas  
Paulo Torres

José Guimard  
Eurico Rezende  
Filinto Müller  
Fernando Corrêa  
Lobão da Silveira  
Menezes Pimentel  
Petrônio Portela  
Manoel Villaga

## MDB

Adalberto Senna  
Antônio Balbino  
José Ermirio

Arthur Virgílio  
Ruy Carneiro  
João Abrahão

Secretaria: Maria Helena Bueno Brandão — Ramal 247.  
Reuniões: Quartas-feiras, a tarde.  
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

# COMISSÃO DE FINANÇAS

(17 Membros)

## COMPOSIÇÃO

Presidente: Argemiro Figueiredo  
Vice-Presidente: Paulo Saracate

## ARENA

## SUPLENTE

TITULARES  
Paulo Saracate  
João Cleofas  
Mem de Sá  
José Leite  
Leandro Maciel  
Manoel Villaga  
Clodomir Millet  
Adolpho Franco  
Sigefredo Pacheco  
Carvalho Pinto  
Fernando Corrêa  
Júlio Leite

Lobão da Silveira  
José Guimard  
Teotônio Vilela  
Carlos Lindenberg  
Daniel Krieger  
Filinto Müller  
Celso Ramos  
Milton Trindade  
Antônio Carlos  
Benedicto Valladares  
Mello Braga  
Paulo Torres

## MDB

Oscar Passos  
Josaphat Marinho  
João Abrahão  
Aurélio Vianna  
Nogueira da Gama

Argemiro de Figueiredo  
Bezerra Neto  
Pessoa de Queiroz  
Arthur Virgílio  
José Ermirio

Secretário: Hugo Rodrigues Figueiredo — Ramal 244.  
Reuniões: Quartas-feiras, às 10:00 horas.  
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

# COMISSÃO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO

(7 Membros)  
COMPOSIÇÃO

Presidente: Atilio Fontana  
Vice-Presidente: Antônio Balbino

## ARENA

## SUPLENTE

TITULARES  
Atilio Fontana  
Adolpho Franco  
Domício Gondim  
João Cleofas  
Teotônio Vilela

Júlio Leite  
José Cândido  
Arnon de Melo  
Leandro Maciel  
Melo Braga

## MDB

Ruy Carneiro  
Bezerra Neto

Antônio Balbino  
Nogueira da Gama

Reuniões: Quintas-feiras, às 9:00 horas.  
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Constituição e Justiça.

# COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO SOCIAL

(7 Membros)

## COMPOSIÇÃO

Presidente: Petrônio Portela  
Vice-Presidente: Mello Braga

## ARENA

## SUPLENTE

TITULARES  
Petrônio Portela  
Domício Gondim  
Atilio Fontana  
Mello Braga  
Júlio Leite

Celso Ramos  
Milton Trindade  
José Leite  
Adolpho Franco  
Duarte Filho

## MDB

João Abrahão  
Argemiro de Figueiredo

Arthur Virgílio  
Josaphat Marinho

Secretário: Cláudio I. C. Leal Neto — Ramal 245.  
Reuniões: Terças-feiras, às 9:00 horas.  
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Segurança Nacional.

# COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

(7 Membros)

## COMPOSIÇÃO

Presidente: Josaphat Marinho  
Vice-Presidente: Domício Gondim

## ARENA

## SUPLENTE

TITULARES  
Domício Gondim  
José Leite  
Celso Ramos  
Paulo Torres  
Carlos Lindenberg

José Feliciano  
Mello Braga  
José Guimard  
Benedicto Valladares  
Teotônio Vilela

## MDB

Josaphat Marinho  
José Ermirio

Sebastião Archer  
Oscar Passos

Secretário: Cláudio I. C. Leal Neto — Ramal 245.  
Reuniões: Quartas-feiras, às 9:00 horas.  
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Constituição e Justiça.

# COMISSÃO DE POLÍCIA DAS SECAS

(7 Membros)

## COMPOSIÇÃO

Presidente: Rui Carneiro  
Vice-Presidente: Duarte Filho

## ARENA

## SUPLENTE

TITULARES  
Clodomir Millet  
Manoel Villaga  
Arnon de Melo  
Duarte Filho  
Menezes Pimentel

Teotônio Vilela  
José Leite  
Domício Gondim  
Paulo Saracate  
Leandro Maciel

## MDB

Rui Carneiro  
Argemiro de Figueiredo

Aurélio Vianna  
Adalberto Senna

Secretário: Cláudio I. C. Leal Neto.  
Reuniões: Quintas-feiras, a tarde.  
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

# COMISSÃO DE PROJETOS DO EXECUTIVO

(11 Membros)

## COMPOSIÇÃO

Presidente: Wilson Gonçalves  
Vice-Presidente: Carlos Lindenberg

## ARENA

## SUPLENTE

TITULARES  
Wilson Gonçalves  
Paulo Torres  
Antônio Carlos  
Carlos Lindenberg  
Mem de Sá  
Eurico Rezende  
Paulo Saracate  
Carvalho Pinto

José Feliciano  
João Cleofas  
Adolpho Franco  
Petrônio Portela  
José Leite  
Ney Braga  
Milton Campos  
Daniel Krieger

## MDB

José Ermirio  
Aurélio Vianna  
Atilio Martins

Antônio Balbino  
Arthur Virgílio  
Edmundo Levi

Secretário: Afrânio Cavalcanti Mello Júnior — Ramal 245.  
Reuniões: Quintas-feiras, às 10:00 horas.  
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

# COMISSÃO DE REDAÇÃO

(5 Membros)

## COMPOSIÇÃO

Presidente: José Feliciano  
Vice-Presidente: Leandro Maciel

## ARENA

## SUPLENTE

TITULARES  
José Feliciano  
Leandro Maciel  
Antônio Carlos  
Lobão da Silveira

Filinto Müller  
Mem de Sá  
Duarte Filho  
Clodomir Millet

## MDB

Nogueira da Gama

Edmundo Levi

Secretária: Beatriz Brandão Guerra.  
Reuniões: Quintas-feiras, a tarde.  
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

**COMISSÃO DE RELAÇÃO EXTERIORES**

(11 Membros)

**COMPOSIÇÃO**Presidente: Benedicto Valladares  
Vice-Presidente: Fêssca de Queiroz**ARENA****TITULARES**Benedicto Valladares  
Filinto Müller  
Aloysto de Carvalho  
Antônio Carlos  
Mem de Sa  
Ney Braga  
Milton Campos  
Moura Andrade  
Fernando de Azevedo  
Arnon de Mello  
José Cândido**SUPLENTE**Wilson Gonçalves  
João Guimarães  
Carlos Lindenberg  
Adolpho Franco  
Pedro Portela  
José Leite  
Teotônio Vilela  
Mello Braga  
José Feliciano  
Clodomir Millet  
Menezes Pimentel**MDB**Pessoa de Queiroz  
Mário Martins  
Aurélio Vianna  
Oscar PassosBezerra Neto  
João Abrahão  
Josaphat Marinho  
Antônio BalbinoSecretário: J. B. Castejon Branco.  
Reuniões: Terças-feiras, às 10:00 horas.  
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.**COMISSÃO DE SAÚDE**

(7 Membros)

**COMPOSIÇÃO**Presidente: Sigefredo Pacheco  
Vice-Presidente: Manoel Villaga**ARENA****TITULARES**Sigefredo Pacheco  
Duarte Filho  
Fernando Corrêa  
Manoel Villaga  
Clodomir Millet**SUPLENTE**Júlio Leite  
Milton Trindade  
Ney Braga  
José Cândido  
Lobão da Silveira**MDB**Adalberto Senna  
Sebastião ArcherNogueira da Gama  
Ruy CarneiroSecretário: Marcus Vinicius Goulart Gonzaga — Ramal 24F.  
Reuniões: Terças-feiras, às 9:00 horas.  
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Economia.**COMISSÃO DE SEGURANÇA NACIONAL**

(7 Membros)

**COMPOSIÇÃO**Presidente: Paulo Tórres  
Vice-Presidente: Oscar Passos**ARENA****TITULARES**Paulo Tórres  
José Guimard  
Lobão da Silveira  
Ney Braga  
José Cândido**SUPLENTE**Filinto Müller  
Atílio Fontana  
Domício Gondim  
Manoel Villaga  
Mello Braga**MDB**Oscar Passos  
Mário MartinsArgemiro de Figueiredo  
Sebastião ArcherSecretário: Mário Nelson Duarte — Ramal 241.  
Reuniões: Quintas-feiras, às 9:00 horas.  
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Segurança Nacional.**COMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO CIVIL**

(7 Membros)

**COMPOSIÇÃO**Presidente: Eurico Rezende  
Vice-Presidente: Arnon de Mello**ARENA****TITULARES**Eurico Rezende  
Carlos Lindenberg  
Arnon de Mello  
Paulo Tórres  
José Guimarães**SUPLENTE**José Feliciano  
Menezes Pimentel  
Celso Ramos  
Petrolio Portela  
Lobão Maciel**MDB**Ruy Carneiro  
João AbrahãoAdalberto Senna  
Pessoa de QueirozSecretário: J. Ney Passos Dantas — Ramal 244.  
Reuniões: Terças-feiras, às 9:00 horas.  
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Economia.**COMISSÃO DE TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES E OBRAS PÚBLICAS**

(7 Membros)

**COMPOSIÇÃO**Presidente: José Leite  
Vice-Presidente: Sebastião Archer**ARENA****TITULARES**José Leite  
Celso Ramos  
Arnon de Mello  
Domício Gondim  
João Cleofas**SUPLENTE**Paulo Tórres  
Atílio Fontana  
Eurico Rezende  
José Guimarães  
Carlos Lindenberg**MDB**Sebastião Archer  
Pessoa de QueirozMário Martins  
Ruy CarneiroSecretário: Mário Nelson Duarte — Ramal 241.  
Reuniões: Quartas-feiras, às 9:00 horas.  
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Segurança Nacional.**COMISSÃO DE VALORIZAÇÃO DA AMAZÔNIA**

(7 Membros)

**COMPOSIÇÃO**Presidente: José Guimarães  
Vice-Presidente: Clodomir Millet**ARENA****TITULARES**José Guimarães  
Fernando Corrêa  
Clodomir Millet  
Alvaro Mota  
Milton Trindade**SUPLENTE**Lobão da Silveira  
José Feliciano  
Filinto Müller  
Sigefredo Pacheco  
Manoel Villaga**MDB**Edmundo Levi  
Oscar PassosAdalberto Senna  
Arthur VirgílioSecretário: Mário Nelson Duarte — Ramal 241.  
Reuniões: Quartas-feiras, às 15:00 horas.  
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.